CADERNOS AH!

#23

SOBRE ROMANCES HISTÓRICOS E ANACRONISMOS

MARGARIDA RENDEIRO

Sobre Romances Históricos e Anacronismos
Margarida Rendeiro

Revisão: Soraia Simões de Andrade
Paginação: Fernando Ramalho

Margarida Rendeiro é uma investigadora e professora portuguesa. A autora segue a grafia do AO90.

Outubro de 2024

www.muralsonoro.com
muralsonoro.info@gmail.com

I

O romance histórico português, género narrativo caracterizado pelos *tópoi* de data e lugar e pela narração sobre acontecimentos e pessoas reais, frequentemente com intenção didática, remonta ao século XIX. Em Portugal, surge na sequência das invasões napoleónicas que colocaram em perigo as fronteiras portuguesas. É igualmente no século XIX que se cria o conceito de Estado-Nação e o romance histórico reflete estas preocupações, centrando-se sistematicamente em momentos históricos considerados, nessa altura, fundamentais para a consolidação da nacionalidade portuguesa na busca de uma identidade coletiva.

Os chamados "romances históricos" nunca foram simples portais isentos que se abrem para épocas recuadas; constituem recriações ficcionais moldadas por uma visão que reforça a legitimação de um determinado ponto de vista sobre uma narrativa histórica. Se é certo que questões relativas à formação da nacionalidade inspiraram a produção de romances históricos, o mesmo não se pode afirmar sobre a participação portuguesa no tráfico negreiro transatlântico e sobre os primeiros séculos de colonialismo português, só mais recentemente abordada. As narrativas de memória hegemónicas rasuraram a construção de uma memória coletiva que desse conta da subjetividade e humanização dos sujeitos colonizados, entendidos como o Outro, nestas narrativas. As narrativas hegemónicas têm primado pela ausência de uma polifonia sobre a memória coletiva sobre portugueses, colocando-os frequentemente como protagonistas e heróis de branco caráter e justa mão. Se o 25 de abril de 1974 colocou um ponto final ao Estado Novo e às colónias portuguesas, o mesmo não se pode afirmar sobre o pensamento lusotropicalista que ainda permanece, como manifestação dos espectros do passado colonial no espaço público e nos seus múltiplos circuitos hegemónicos. Como compreender de outro modo a estátua do padre António Vieira, inaugurada no Largo Trindade Coelho, em Lisboa, no ano 2017, com a inscrição no embasamento de este ter

sido um "defensor dos direitos humanos", conceito, como se sabe, inexistente no século XVII se não um produto da visão anacrónica e fantasista sobre o passado de um homem cujas ideias, não obstante avançadas, estavam devidamente enquadradas na época? A sua defesa sobre os indígenas brasileiros era bem mais complexa, não assentando numa visão em que o indígena era igual ao colono branco; por isso mesmo, também não incluía uma defesa semelhante dos escravizados negros, como a investigação histórica tem consistentemente demonstrado. O pensamento lusotropicalista, que encara a colonização portuguesa com brandura – nunca privilegiando o agenciamento e resistência do colonizado - não acabou por decreto e requer desconstrução persistente, resiliência e, sobretudo, a visibilidade de vozes, nomeadamente afrodescendentes que deem conta da falácia de imagens fantasistas sobre o passado para que uma reparação seja feita. Ocorre-me, por isso, a este respeito e pensando na importância crucial de uma polifonia a este respeito, que é ainda recente, no espaço público, uma frase de Djaimilia Pereira de Almeida, escritora afrodescendente multipremiada: "A interioridade negra foi tomada de *nós*. Mas a sua restituição é tarefa *nossa*."[1] É urgente representar vozes rasuradas das memórias coletivas por direito próprio.

1 "A restituição da interioridade" In: *O que é ser uma escritora negra hoje, de acordo comigo – ensaios* (Todavia, 2023), p.62.

Um aspeto relevante atinente aos processos de memorialização sobre o passado colonial português prende-se com a forma como este é ensinado nas escolas e, muito particularmente, na forma como é representado nos manuais escolares. A este respeito, as conclusões da investigação do projeto financiado "Raça e África em Portugal" sobre manuais escolares de História, coordenado por Marta Araújo, realizado entre 2008 e 2012, são claras: a representação da história da escravatura em Portugal é despolitizada, sendo trivializada a sua relação com o racismo contemporâneo. Por outro lado, o mercado editorial português dos manuais escolares encontra-se longe de ser diversificado. É fundamentalmente controlado por dois conglomerados editoriais, a Porto Editora e a Leya, que detêm as várias chancelas responsáveis pela publicação dos manuais escolares de História, além de publicarem igualmente livros de vários géneros literários, nomeadamente romances históricos. Os "romances históricos" podem colocar em prática a representação de uma dada narrativa de memória autorizada, reforçando-se como guardiã dessa mesma narrativa e legitimando o discurso historiográfico que os manuais escolares também conservam. Esta é uma implicação do absolutismo acrítico da expressão "romance histórico", sendo certo que o capital simbólico do seu autor pode beneficiar do facto de ser publicado por uma

editora que também publique manuais escolares de História; o contrário também se verifica quando o autor reforça o capital simbólico de uma editora graças ao próprio prestígio acumulado em torno de um percurso construído em torno da autoridade como investigador de história. Sanciona-se uma perspetiva como a perspetiva autorizada e legitimadora do arquivo colonial, assumindo que este possa ser articulado a uma voz homogénea apenas.

No caso particular que esta reflexão nos motiva, exploram-se duas narrativas comercializadas como romances históricos sobre a colonização portuguesa em Angola e o tráfico negreiro, publicados, na segunda década de 2000, pela Porto Editora: *Uma fazenda em África* (2012) e *Do Outro lado do mar* (2015), ambos de autoria do historiador e romancista João Pedro Marques. Marques é historiador; a sua tese de doutoramento, intitulada *Os Sons do Silêncio. O Portugal de Oitocentos e a Abolição do Tráfico de Escravos* (ICS) e publicada em 1999, é precursora na investigação sobre o período escravocrata português em Portugal. Foi igualmente traduzida para inglês e publicada pela Berghahn Books, em 2006. Nela, Marques argumenta que a cultura portuguesa da década de 1830 evidenciava tolerância perante o tráfico de escravos, sendo dominante a opinião contrária à sua supressão. Não valorizando a importância histórica e a eficácia das resistências coloniais,

o autor considera que o grande obstáculo à supressão do tráfico de escravos naquele período residia na metrópole, onde prevalecia a tolerância à escravização, sobre o abolicionismo.

O historiador e romancista escreve, com regularidade, colunas de opinião no *Público* (2014-2022), *DN* (2017) e *Observador* (2017-), sempre assinando nesta condição. A assinatura confere particular legitimidade aos seus romances, construídos sob regras de autenticidade histórica, posição essa que o próprio continuamente renova e relembra publicamente nos seus artigos. Publicados anos depois do seu doutoramento, estes oferecem algumas reflexões sobre estas questões temáticas e sobre a relação entre a literatura e a história pública. Orienta-nos o pensamento de Michel-Rolph Trouillot, antropólogo haitiano-americano, que defende, por um lado que, a autenticidade da historiografia e do trabalho do historiador reside na capacidade de este se constituir ator e comentador do que ficou para trás em função da experiência do presente, ou seja, a relação entre o que aconteceu e a sua consequência no presente; por outro lado, acrescenta que, sendo a produção de história, antes de mais, um exercício do poder estabelecido, "a marca derradeira do poder pode ser a sua invisibilidade; o desafio derradeiro será a exposição das suas raízes".[2]

2 Michel-Rolph Trouillot, *Silencing the Past: Power and the Production of History* (Boston: Beacon Press, 1995), xix.

II

A Fazenda em África é uma narrativa romanceada sobre a fundação da colónia de Moçâmedes por um grupo de portugueses que deixa Pernambuco, Brasil, em 1849, na sequência da Revolução Praieira. A estrutura narrativa assemelha-se à do premiado filme *África Minha* (*Out of Africa,* 1985*)*. Escrito pela dinamarquesa Karen Blixen, sobre as memórias pessoais das vivências numa fazenda de café no Quénia, *Out of Africa* foi originalmente publicado em 1937. Protagonizado por Meryl Streep e Robert Redford, respetivamente nos papéis de Karen Dinesen (Blixen por casamento), que gere uma fazenda de café no Quénia, colónia britânica, e Denys Finch, o caçador britânico, com quem desenvolve uma relação de afetos, o filme inicia-se com a voz em *off* de Blixen (Streep) repetindo melancolicamente "I had a farm in Africa", o que traduzido para português será "tive uma fazenda em África". No romance português, Benedita, que integra o grupo de "pioneiros" que viaja para Moçâmedes, gere uma produtiva fazenda de açúcar, mandioca, batata-doce e algodão, e envolve-se numa relação amorosa com Peter von Sternberg, caçador alemão, que é igualmente comerciante de marfim ao serviço dos portugueses por toda a África. *Do outro lado do mar* é um romance praticamente todo passado na Bahia escravocrata, no início do século XIX, protagonizado

pelo médico Vasco de Lacerda, terminando no período das Revoltas dos Malês, em 1835.

Para cumprir propósitos de verosimilhança e credibilidade histórica, destacam-se não só as prolíficas notas de rodapé em ambos os romances que orientam o leitor e contextualizam referências textuais, incluindo nomes de doenças, a menção a uma piada popular nas ruas de Lisboa na primeira metade do século XIX, peças de teatro levadas à cena nesta época, o pormenor descritivo do planeamento urbanístico da vila de Moçâmedes, referências aos periódicos *Diário de Pernambuco* e *Diário da Bahia* - a partir do qual um narrador de terceira pessoa omnisciente parafraseia notícias sempre a partir do ponto de vista de personagens portuguesas - e, sobretudo, a ficcionalização de personalidades históricas, - sobretudo em *Uma fazenda em África* - tais como as do cônsul do Recife, Joaquim Baptista Moreira, Bernardino Freire de Figueiredo Abreu e Castro, fundador da colónia de Moçâmedes, João Cabral Pereira Lapa e Faro, major-médico e um dos fundadores daquela colónia, José Leite de Albuquerque, [Francisco] Félix de Sousa, traficante negreiro português que viveu no Reino do Daomé até à sua morte, e Guezô, rei deste reino, durante a primeira metade do século XIX e até 1859. Conforme entrevistas concedidas aquando da publicação de *Uma fazenda em África* em 2012, a ficção é precedida

por investigação histórica, ou seja, o historiador dá suporte ao romancista para que as narrativas sejam vistas como fiéis quadros de época. Como qualquer quadro que é sempre criado a partir de um determinado ponto de vista, estes são romances sobre portugueses, protagonizadas por portugueses em plena missão civilizadora no espaço africano e no Brasil escravocrata. Avancemos para perceber até que ponto o que era entendido como "missão civilizadora" no século XIX é, de facto, desconstruído em romances históricos escritos no século XXI.

III

Detemo-nos na caracterização do grupo de portugueses que, em *Uma fazenda em África*, se aventura no navio *Tentativa Feliz*, a 23 de maio de 1949, até Moçâmedes sobre a qual se dizia ser "terra de selvagens" (Marques, 2012, p.42):

> Eram dezenas de homens rudes e algumas mulheres caladas, que abriram uma clareira em seu redor, olhando-o com um respeito silencioso, como se aguardassem ordens. Alguns tinham vestido as suas melhores roupas, por cima do encardido dos corpos; outros estavam em mangas de camisa e tamancos, e continuavam

agarrados às suas pás ou enxadas, no medo de que lhas roubassem. (Marques, 2012, p.43)

Tinha pena daquela gente que vivia para ali semiabandonada, num ermo. Eram umas sessenta pessoas, se tanto. Quase não tinham lenha e viam-se forçadas a servir-se de cabeças de peixe seco como combustível e aquecimento na estação fria. Era de Moçâmedes, e de barco, que quase tudo lhes chegava, incluindo pão fresco e a boa água para beber e cozinhar. Que vida desgraçada, aquela! (Marques, 2012, p.133)

Ao longo da narrativa, os portugueses – principalmente enquanto coletivos que deixam tudo o que têm no Brasil, fugidos à instabilidade política e social, ou à miséria, em Portugal - são descritos em função das suas condições de pobreza e miséria em que se encontram (ex. os pescadores de Olhão), continuando a sofrer agruras para sobreviver e melhorar as suas condições de vida. Aparecem, por isso, como grupos de "pioneiros", título de um dos capítulos que trata dos primeiros tempos após a chegada a Moçâmedes, determinados a desbravar o espaço desconhecido. O esforço de colonização em Angola enquadra-se no âmbito das discussões que dominaram as sessões parlamentares portuguesas,

no século XIX, como alternativa ao investimento no Brasil e até a um maior investimento em Portugal e que opuseram Fontes Pereira de Melo, Lopes de Lima a Rebelo da Silva (recriadas ficcionalmente numa sessão descrita no capítulo "A Terra Prometida"):

- Senhor presidente, o Governo pede-nos 18 contos de réis. Mas p´ra quê? – interrogou, abrindo os braços. – Se é para as despesas já feitas é muito; se é para as despesas a fazer é uma ridicularia. O Governo imagina que é só chegar com aqueles homens a Moçâmedes e pô-los na praia com os engenhos ao pé de si? Isto não é uma tribo gentílica que vai estanciar em Moçâmedes. É gente civilizada e cristã. (Marques, 2012, p.47)

- Ir para o Ultramar é um enorme sacrifício. Não são delícias, como disse aqui o ilustre deputado. O primeiro inconveniente é o de atravessar algumas mil léguas por esse oceano, o que é um grande incómodo. Em segundo lugar, as províncias ultramarinas são quase todas doentias. Benguela, por exemplo, será saudável? [...] Sejamos generosos com aqueles que vão para lá expor a sua saúde. (Marques, 2012, p.49).

O historiador e romancista introduz rigor na representação dos factos, colocando na boca de personagens históricas as convicções e ambiente prevalecentes neste período da vida portuguesa. No entanto, nenhum argumento na trama narrativa desconstrói ou é colocado em perspetiva ao longo da narrativa, já que o ponto de vista assumido é sempre e somente o do português colonial, inclusivamente a voz narradora. Aliás, as personagens podem, de um modo geral, dividir-se entre observadoras (portugueses/europeus) e observadas (africanas/escravizados), assumindo estas uma posição mais próxima das observadoras consoante o seu grau de lealdade para com aquelas.

Por contraste, e no âmbito de uma estratégia de "exploração de terra", a representação do espaço colonial angolano constitui uma clara sinédoque do espaço africano. Em *Do outro lado do mar*, o capítulo que explora Tendala, aldeia africana de onde é Quisama, uma Kabasa apanhada nas redes transatlânticas de escravatura, situada no que é presentemente Angola, intitula-se "África Profunda". África é representada como território homogéneo a explorar, desabitado de gentes – entenda-se europeias e civilizadas – e uma potencial Terra Prometida a alcançar, como o atestam os excertos seguintes de *Uma fazenda em África*:

Vamos para uma terra imensa, cheia de frondosos bosques, banhada por grandes rios e coberta por um sol criador – prometeu, erguendo os braços ao céu para sublinhar a promessa.

- Sim, já sei que há quem receie doenças, mas aquilo não é nenhuma bicha-de-sete-cabeças. O país não é tão doentio como por aí se diz, o que ele precisa é de ser habitado. E nós vamos habitá-lo – proclamou. (Marques, 2012, pp.43-44)

- É esta a Terra Prometida? – perguntou outra voz amarga e desafiante, no meio da multidão.

Bernardino firmou bem os pés no caixote e olhou para o homem que falara e, por cima dele, para o terreiro. A preta lavadeira tinha parado de andar e ficara especada, como se também ela tivesse interesse em ouvir a sua resposta. Seria aquela a Terra Prometida?

- É claro que sim, meus amigos. Esta terra ainda está por construir e exige esforço – respondeu Bernardino, abrindo os braços como se quisesse envolver a terra toda e desculpá-la. – Mas olhem em vosso redor. Olhem... Vejam...

Não pensem no que existe mas no que pode vir a existir. Reparem que aqui os brancos andam corados e robustos. Isso vem da acção benéfica do país. A temperatura não é muito quente, o frio nunca é excessivo. Ou não será assim? – desafiou. – Moçâmedes é a Sintra de África, meus amigos. (Marques, 2012, p. 64)

Todo o espaço fora dos pequenos núcleos urbanos constitui um vasto e homogéneo terreno a explorar com salvo conduto, um paraíso perdido com a pequena ressalva do perigo iminente do aparecimento de animais selvagens. Consistentemente observado pelos portugueses e europeus, é comparável a um paraíso perdido que urge reconquistar, pensamento colonial do século XIX, mas que não é desconstruído neste romance do século XXI:

Peter teve a clara percepção de que viajar em África era como viajar num passado heróico, com as exigências e as dificuldades que a modernidade europeia já tinha esquecido. Essa percepção dilatou-lhe o orgulho e fê-lo sentir-se um personagem de sagas antigas. Foi nesse estado de espírito ousado e deslumbrado que, uma

vez feita a estimativa do território de Moçâmedes, embarcou com os dois colegas na escuna, partindo rumo a Benguela, onde, devido à falta de vento, só chegaram ao começo da manhã seguinte. (Marques, 2012, p.83)

Quase no final da narrativa, Sternberg é desafiado a participar numa expedição a que se junta também Friedrich Martin Josef Welwitsch, austríaco que ficou conhecido pelo seu trabalho de recolha de flora de Angola, durante o século XIX:

- Queremos atravessar a África de Benguela a Quelimane, Sr. Sternberg, e fazíamos muita questão que uma pessoa com a sua experiência pudesse juntar-se à nossa expedição.

Peter hesitou. O seu espírito ousado sorria àquela nova aventura, ainda que não lhe desconhecesse os riscos. Quis saber mais.

- E quais são os objectivos da vossa expedição?

- Puramente científicos... Geográficos e científicos – precisou melhor Ferreira. – Aliás, vai connosco um botânico alemão que trabalha

há muitos anos em Angola. O Dr. Welwitsch...
Conhece? (Marques, 2012, p.394)

O percurso Benguela-Quelimane corresponde, *grosso modo*, ao Mapa Cor de Rosa, apresentado por Portugal, na Conferência de Berlim, em 1885, para defender a pretensão de um projeto colonial ambicioso de reconhecimento e exploração dos territórios entre Angola e Moçambique. O signo desta memória sobre a partilha do continente africano por europeus, convertida em promissora aventura de exuberância sem limites nem fronteiras, e com toque de ironia ficcional pelo facto de ser uma personagem alemã a tomar parte da aventura, juntamente com portugueses, que Sternberg sai no final da narrativa.

Bernardino e Benedita, personagens principais, circulam entre Moçâmedes, Benguela e Luanda, centro onde se encontra sediado o poder colonial político, mais cosmopolita e onde existem confeitarias que têm à venda "amêndoas cobertas francesas" (Marques, 2012, p.73) e "vidros de rebuçado de avenca" (Marques, 2012, p.91). Moçâmedes é representado como um espaço árido, um local que urge progredir, desenvolvendo-se de facto, ao fim de uma década, conforme fica patente na descrição no fim do romance, com arruamentos feitos e casas melhoradas, ao estilo europeu, ao

qual se sonha acrescentar, num futuro próximo, "um toque de *coquetterie* como não existia em nenhuma terra de África" (Marques, 2012, p.428):

> A povoação que emergia da névoa não regurgitava de riquezas, nem as prometia. No Brasil, antes de partirem, tinha constado entre os colonos que Moçâmedes possuía matas e isso fora tido como bom sinal, pois no mundo tropical riqueza costumava ser sinónimo de vegetação luxuriante. Mas a única coisa vagamente digna desse nome era aquele pequeno oásis que Bernardino identificara. Aquilo que, vista de longe, Moçâmedes tinha para oferecer era a aspereza desolada de um tapete de pedra e de areia, sobre o qual se erguiam algumas modestas casas de madeira. (Marques, 2012, p.59)

Após dez anos de colonização, a vila mudara e crescera a olhos vistos, expandindo-se para os terrenos circundantes e enchendo-se de casas de pedra e tijolo. Eram casas caiadas e pintadas de anil e vermelhão, que lançavam alegres manchas de cor sobre a baça aridez daquele solo arenoso. Entre todas as casas sobressaía a que

> Lapa e Faro construíra na Rua das Hortas. Fiel ao seu gosto pela exibição e por tudo o que fosse espampanante, o médico erigira um edifício exótico, de traça algarvia, com a fachada a fazer lembrar as frontarias dos templos de Babilónia – o que, como Lapa e Faro dizia, se adequava perfeitamente àquele deserto. A casa tinha dois jardins, um à frente e outro na parte de trás, nos quais já se plantavam flores, arbustos, e se projectavam viveiros, quiosques e laguinhos repletos de peixes. (Marques, 2012, p.428).

Os povos que vivem no interior africano e mantêm relações políticas e comerciais com os portugueses, são predominantemente representados como comunidades obedientes, razoavelmente passivas ou pacificadas, abertas e reconhecidas à branda presença portuguesa e os seus sobas invariavelmente agradecidos às garrafas de bebida ofertadas. Por outras palavras, as campanhas de pacificação constituem brandos processos de negociação – a violência colonial vagamente mencionada e atirada para fora das páginas do romance -, como o evidenciam os seguintes excertos, o último dos quais reproduzindo as palavras de um soba:

> Precisava de mantimentos para as tropas e panos e outros bens para comprar rações em pleno sertão para oferecer aos sobas, quando fosse preciso apaziguá-los e reforçar os laços de aliança. (Marques, 2012, p.323)
>
> Diz-lhe que os povos dos Gambos mereciam provar o ferro e o fogo dos Portugueses. Mas, atendendo às determinações do meu rei, que manda tratar os homens pretos com brandura, vou suspender a marcha e a preparação do combate. Mas diz-lhe que o soba tem de cumprir com os tratados e tem de me pagar as perdas e as despesas que eu já fiz com esta guerra. (Marques, 2012, p.326)
>
> - O soba sabe que o rei de Portugal é um rei justo que castiga os maus e favorece os bons. Mas o soba foi mal aconselhado pelos seus macotas. [...] Mas o soba está arrependido e já castigou os macotas. (Marques, 2012, p.326)

A trama narrativa em nada coloca em perspetiva a visão lusotropicalista sobre o passado colonial português e que tem prevalecido até à atualidade no espaço público, não sem contestação.

Em *Do outro lado do mar*, as comunidades africanas, menos exploradas porque são pontos de partida para as rotas escravocratas transatlânticas rumo à Bahia, são também espaços onde sobressai o exotismo: numa cubata real, as "paredes de cana tinham crânios dependurados e onde o mobiliário era constituído por mulheres, algumas de gatas para que as suas costas servissem de mesas, outras deitadas, à laia de tapetes" (Marques, 2015, p.58) para que o soba local não se sujasse de poeira. Em *Uma fazenda em África*, Sternberg circula pela vastidão africana, chegando ao Reino do Daomé, principal referência a uma sociedade africana complexa e ponto nevrálgico das rotas da escravatura – nomeadamente o porto de Ajudá –, gerido pelo rei Guêzú e coadjuvado por Félix de Sousa. É um espaço onde predominam as emoções descontroladas, onde as amazonas são conhecidas por serem "exímias a cortar cabeças" (Marques, 2012, p.99) e um poder legitimado pela crueldade porque, e nas palavras do seu rei, "É isso que dá grandeza ao meu nome e que faz com que os meus inimigos me temam" (Marques, 2012, p.104). Relatos como os que foram feitas pelo tenente Frederick Edwyn Forbes, que visitou o reino do Daomé, poderão ter inspirado as descrições dos rituais de homenagem aos antepassados, vistos pelos olhos do alemão e sem que sejam colocadas em perspetiva a intenção europeia de mostrar como o grau civilizacional europeu era superior ao primitivismo dos africanos, justificação do colonialismo oitocentista para a missão civilizacional:[3]

> A festa iniciou-se quando o rei começou a atirar os cauris, os panos e o tabaco para o terreiro. A gente praticamente nua que até então aguardava compacta e expectante, frente à plataforma, começou a fervilhar como a lava de um vulcão. [...] A multidão só se aquietou quando trouxeram os condenados para a plataforma. [...] O rei virou mais dois cestos e retirou-se, enfadado, para junto das suas mulheres, deixando o resto da execução a cargo dos ministros. Alguns dos prisioneiros foram decapitados, outros mortos à paulada, outros linchados pela multidão alucinada. [...]Não era a visão da morte nem o

3 A referência a estas descrições é feita igualmente na coluna que o autor publica no *Público*, em 21 de novembro de 2018, com o título "Não, a escravatura entre os africanos não era suave": "Como afirmava Kpengla, que foi rei do Daomé na parte final do século XVIII, isso fazia com que o seu nome fosse conhecido e com que os inimigos o temessem. Mais do que a exibição das coisas sumptuosas que ia adquirindo, era a execução dos escravos que dava grandiosidade às suas festas e à sua pessoa. Conhecemos bem esse tipo de festividades e os métodos de executar os escravos graças às descrições feitas pelo tenente Frederick Edwyn Forbes, da Royal Navy, que visitou o reino do Daomé em meados do século XIX".

> espectáculo do sofrimento humano que o horrorizavam. Já tinha assistido a enforcamentos na Alemanha, e também não eram coisas bonitas de se ver. Mas nunca na sua vida presenciara um horror como o que tinha diante dos olhos. Percebia o prazer bárbaro de matar, o gosto pela caçada, a exaltação da guerra, mas não entendia nem aceitava a necessidade de torturar. Sentiu um novo vómito e amaldiçoou a estúpida curiosidade que o tinha levado àquela maldita cidade. (Marques, 2012, pp.106-107)

As descrições quer numa quer noutra narrativa estabelecem diferenças civilizacionais que abrem caminho, em última análise, para um equilíbrio implícito de níveis de desumanidade praticados de ambos os lados. Afinal, como, também sugere em artigo de opinião do autor publicado no *Público*, "a escravatura entre africanos não era suave" (21 de novembro, 2018), pelo que os níveis de desumanidade, deixa-se implícito, eram comparáveis.

IV

Nos espaços mais urbanos – onde o poder colonial está instalado, nem os negros assumem protagonismo nem tomam

parte de qualquer conversa; observam frequentemente movimentações à distância, como é o caso da "preta lavadeira"; são figurantes que cumprem ordens sem que a sua subjetividade seja consistentemente explorada e raramente aprofundada a forma como veem o mundo para além dos limites da afetividade que os une aos colonos. Afinal, como se diz a Sternberg, os negros "não costumam dar problemas. Alguns vivem aqui, mas a maior parte anda espalhada pelo interior, com os seus gados. Isto é uma África perdida, sabe?" (Marques, 2012, p.82).

Apesar de as narrativas evidenciarem que existem portugueses que são cruéis para com os escravizados – nomeadamente, Tarquínio Torcato, o negreiro em *Do outro lado do mar* ou José Leite de Albuquerque em *Uma fazenda em África* - as tramas narrativas encarregam-se de os conduzir ao castigo – os protagonistas destacam-se pela sua humanidade e caridade para com os seus escravizados, preocupações ideológicas que se estendem também a Félix de Sousa, com quem Peter conversa, cerca de uma semana antes de aquele falecer:

> Apesar de ser negreiro era um homem caridoso, humano para os seus escravos. [...]
>
> - É verdade que sou rico, Sternberg, mas isso não me serve de muito porque nesta terra

não posso aplicar o meu ouro a não ser em escravos ou para satisfazer o meu luxo, concluiu, com desalento, - Duvido, até, que possa deixar Ajudá. [...] O rei do Daomé acha-me imprescindível ao negócio, percebe? (Marques, 2012, pp. 100-101)

Nas relações entre protagonistas portugueses e negros, o peso da servidão instituída sobre estes é diluído por gestos extremos de solidariedade e compaixão que, entre uns e outros, são capazes de demonstrar, desenhando uma imaginada linha de igualdade humanizada, para além da hierarquia social. Em *Do outro lado do mar,* numa conversa entre o protagonista e uma escravizada, a escravatura é pensada como um mal menor face ao desenraizamento, não se explorando, por exemplo, qualquer ideia que tenha a ver com o facto de os antigos senhores terem sido indemnizados enquanto os escravizados nada receberam, para além da proclamada liberdade:

A escravatura desenraizava as vidas das pessoas a um ponto tal que, para algumas delas, a liberdade podia ser um problema que era preferível não ter de enfrentar, a não ser a dureza das suas escravidões e a crueldade dos seus senhores fosse um problema ainda maior. (Marques, 2015, p.215)

Em *Uma fazenda em África*, Sternberg, ao perceber que a amazona Kpengla desistira de viver, na sequência da morte de uma companheira, tenta desesperadamente salvá-la:

Só mais tarde percebeu que, quando a via adormecida, o alemão mastigava ele próprio a comida e lha metia na boca como os pássaros faziam aos recém-nascidos. [...] Nunca lhe agradeceu o salvamento, pelo contrário. (Marques, 2012, p. 174)

Benedita, condoída com a história do seu escravizado expedito e fiel, Coitadinho Amigo (nome que, como se afirma, mostra as "peculiaridades de África" (Marques, 2012, p.253)), considera-o como membro da sua família:

Percebi que as histórias que contavam na minha aldeia não eram verdade. Os velhos nunca contam a verdade. Umas vezes contam uma coisa, no outro dia contam diferente. É porque são velhos, mentem muito mas não fazem por

mal... É porque são velhos e as suas cabeças fazem confusão. Mas percebi que muitos pretos não resistem à Grande Água e os que resistem nunca voltam. A minha família morreu. [...]

Benedita comoveu-se. Ergueu-se da cadeira onde sentava, aproximou-se dele com um sorriso dorido e olhos enternecidos, e pegou-lhe na mão.

- Pois... Também a mim me faz chorar. Bem, ficas comigo porque eu preciso de ti aqui na fazenda. Passas a ser da minha família**.** (Marques, 2012, p. 299)

Os escravizados destacam-se nos gestos extremos de solidariedade e compaixão para com os portugueses, frequentemente com custo da sua própria vida – extremo a que os portugueses nunca chegam: é o caso da escrava Quisama, batizada Clarisse, que sacrifica a vida para proteger Vasco de Lacerda, na sequência de uma insurreição, e de Kpengla que salva Benedita duas vezes, uma primeira vez, atirando sobre uma leoa que se preparava para atacar a portuguesa e uma segunda, com sacrifício da sua própria vida. As mortes que se registam em ambos os romances são, de resto, as dos vilões (castigo) e as dos escravizados negros (sacrifício).

Dir-se-ia que nem a ficção salva corpos que historicamente foram considerados descartáveis no âmbito da história colonial.

Os corpos negros e mestiços das mulheres africanas são exoticizados ao ponto de estimularem "a imaginação de desejos raros" dos homens brancos (Marques, 2012, p.91): A mulata Márcia, com quem Sternberg se relaciona em Luanda, "era dez vezes mais doce do que as mulheronas desajeitadas e malcheirosas que ele conhecera na Europa" (Marques, 2012, p.91) ou Sara, a escrava mulata, em *Do outro lado do Mar*, que "tinha artes, sabia prender os homens" (Marques, 2015, p.108) em Luanda. Amar no espaço colonial português desenrola-se sob o signo do romantismo nas suas diversas facetas, mas toma a forma de instinto e fruição sexual desenfreada no seio das comunidades africanas, ao ponto de Bernardino, a quem lhe é oferecido por um soba duas mulheres para passar a noite, durante uma visita a uma comunidade mais remota, exclamar: "Isto faz empalidecer os jardins de Messalina" (Marques, 2012, p.128).

V

A historiografia valoriza determinadas fontes em detrimento de outras; nem de outra forma poderia ser, como aliás, o próprio Marques assim o destaca, em artigo académico,

publicado em 2006, acrescentando que "se não o fizessem, a história seria uma mera transcrição de documentos".[4] E a ficção histórica reflete este equilíbrio de valorizações do discurso historiográfico que as narrativas de memória coletiva preservam e com a liberdade que a literatura permite. A história colonial não se caracterizou apenas pelo poder e submissão; sempre existiu resistência e rebelião. Por outro lado, sendo a historiografia colonial uma história do poder, o verdadeiro desafio, como já referido páginas atrás, será revelar as suas raízes. Num romance histórico, o desafio passa pelo exercício ficcional de desvelar ou ocultar nuances e complexidades, subscrevendo ou desafiando discursos lusotropicalistas em torno de heroicidades e branduras portuguesas, nomeadamente através da gestão do esclarecimento dos factos históricos para o leitor, tornando-os mais obscuros ou claros e alinhando-o, ou não, com a memória coletiva que o poder consagrou. Esse foi o desafio proposto pela académica Saydiya Hartman, quando pensou na estratégia da efabulação crítica que consiste em preencher os vazios do arquivo colonial que desumanizam ou tipificam os colonizados com o que poderia ter acontecido, dando-lhes profundidade subjetiva de forma a humanizá-los. A ficção tem esta capacidade

4 João Pedro Marques. Historiografia virtual: a propósito de uma recensão de *Os sons do Silêncio*. *Análise Social* (Vol.XXXVIII (168), 2003, 853-857), p. 854.

para preencher vazios.[5] Fixemo-nos, por isso, em exemplos concretos, nestes romances, para perceber como, para além da configuração dos espaços e personagens, se gere a explicação dos factos.

Nem o facto histórico que motiva a saída dos portugueses de Pernambuco, em *Uma fazenda em África*, nem o que encerra *Do outro do mar* são identificados pelos nomes que a historiografia consagrou nem contextualizados para além das fronteiras do drama e enredo narrativo. Constituem circunstâncias romanceadas para determinar mudanças e desfechos e que, tornadas vagas, deslocam a atenção para as qualidades dos verdadeiros protagonistas e heróis dos romances – os portugueses - em percursos de superação. A propósito dos tumultos que caracterizam a Revolução Praieira, por volta de 1848, narra-se o seguinte, a partir do ponto de vista do cônsul Joaquim Baptista Moreira:

> O que movia os agressores era o despeito e a inveja. No fundo, dissessem o que dissessem, os Brasileiros execravam os Portugueses porque não conseguiam competir com eles na atividade comercial, ou porque se sentiam preteridos,

5 Saydiya Hartman. Venus in Two Acts. *Small Axe*, 12(2), 2008, pp. 1-14

pois os Portugueses preferiam contratar conterrâneos vindos direitinhos das aldeias minhotas e de outras regiões de Portugal. Alimentados por essas razões mesquinhas, os incidentes nasciam como cogumelos e eram tão frequentes que a cidade se habituara a viver com eles como se fizessem parte da rotina diária. Ainda assim, naquele fim de junho de 1848, a violência passara toda as marcas e tinha atingidos níveis verdadeiramente intoleráveis (Marques, 2012, p. 13)

A propósito da Revolta dos Malês, em *Do outro lado mar*, descreve-se de acordo, segundo a narrativa, com a edição do *Diário da Bahia* de 19 de outubro de 1834:

Terminou o grande medo que durante três dias assolou a região do Recôncavo. Como é do domínio público, muitos escravos coligaram-se em duas fazendas desta província, para haverem liberdade por meio da força. Os bárbaros negros prepararam o mais horroroso plano que, se porventura vingasse, implicaria a extinção dos homens de cor branca e parda, a profanação dos nossos templos, e até, quem sabe, a deposição do governo de Sua Majestade, o Imperador. (Marques, 2015, p.356)

Estas e outras referências históricas ligadas à resistência coletiva contra a presença portuguesa, reduzindo-a a gestos de ressentimento ou selvajaria, contrastam com o assinalável rigor de todas as restantes referências, anteriormente mencionadas, que dão conta da história pública portuguesa euro/luso-centrada.

Outro exemplo ainda a partir do seguinte excerto de *Do outro lado do mar* legitima a rasura da memória da complexidade da história africana pré-colonial, utilizando elementos do reino do Dongo, independente até à conquista dos portugueses, no século XVII:

- Coragem, Clarice! És uma grande mulher!

Gostava de Vasco Lacerda e gostava de o ter mais perto de si, de se dar a conhecer. Um dia o médico perguntara-lhe:

- De onde és tu, Clarice? Quem é o teu povo?

- Os Kabasa – respondera – Muitas luas longe de Luanda.

> Não conseguira explicar mais nada, porque o seu português ainda não dava para lhe dizer que os Kabasa eram um povo belo e amável, que nascera quando o búfalo castanho e. a gazela negra, abençoados pelos Céus, tinham atravessado juntos o grande rio, à vista da montanha da sabedoria, para acampar em Tendala, a aldeia mais bonita do mundo. (Marques, 2015, p.249)

Na verdade, nem Kabasa é ou foi o nome de qualquer povo africano nem Tendala o nome de uma aldeia africana, embora sejam nomes que pertencem à história pré-colonial. Kabasa era a capital do Reino do Dongo (*Ndongo* em quimbundo) ou Ngola, estado pré-colonial africano situado no que é presentemente a República de Angola, conquistado pelos portugueses no século XVII. Neste tempo, a administração era chefiada pelo tendala, administrador da justiça que dava assistência aos sobas, cargo geralmente ocupado por um escravo para evitar abusos de poder. Quer isto dizer que elementos da história africana pré-colonial estão, de facto, presentes, mas descontextualizados e utilizados como *não-história* em descrições que simplificam a representação das estruturas sociais e políticas das comunidades pré-coloniais

africanas, nomeadamente a utilização de escravos com propósitos para além de força de trabalho desumanizada.

Os dois exemplos seguintes dizem respeito à gestão das notas de rodapé, instrumentos que o historiador utiliza para contextualizar o romancista. Na nota de rodapé nº 22, em *Do Outro lado do mar*, esclarece-se o leitor tratar-se o quilombo de um "esconderijo de escravos fugidos". O esclarecimento sintético deixa de fora, por exemplo, que os quilombos foram – e continuam a ser na atualidade – espaços e comunidades autónomas, criados a partir de situações de resistência social e cultural durante o período esclavagista brasileiro; vários quilombos ficaram para a história, entre eles, o Quilombo dos Palmares, de onde emergiu Zumbi. Presentemente, continuam a existir como espaços de resistência cultural, com direito à propriedade das terras, de uso comum, e manutenção da cultura, sendo os seus moradores conhecidos como "quilombolas". A brevidade da nota de rodapé, aliada à descrição narrativa do quilombo, legitima a rasura das epistemologias africanas da memória colonial estruturada dicotomicamente entre profundidade das epistemologias europeias e simplificação das africanas. O que sobra da história dos quilombos brasileiros para as páginas do romance *Do Outro lado do mar* é uma imagem alternativa de comunidades paralelas de escravos fugidos e homens livres perseguidos pela justiça

que pouco querem ter a ver com a resistência contra o poder colonial, porque vivem "em paz com os brancos das fazendas e das aldeias" e "a vida dos pretos nas fazendas não nos diz respeito" (Marques, 2015, p.298). Na verdade, até às estruturas coloniais se assemelham, realçando-se a prática de escravatura dentro dos quilombos, de tal forma que se normaliza o apoio de quilombolas à repressão, mostrando-se comunidades mais humanas do que o grupo de revoltosos, conforme o relato do já mencionado artigo no *Diário da Bahia*:

> Só foi vencido ao cabo de três dias de sangrentos combates, e graças ao auxílio fornecendo pelos negros dos quilombos Retiro e Toca do Tatu, que participaram na repressão da revolta e que foram os mais implacáveis perseguidores dos rebeldes. Gaspar acabou por ser preso e será julgado como manda a lei. Os campos da Cachoeira estão, por fim, pacificados. Devemos agradecer à Misericórdia Divina que o plano dos escravos revoltosos não tenha ido por diante. Ainda assim, esses facínoras mataram vinte e cinco brancos e muitos escravos que se recusaram a aderir à sua hedionda insurreição, preferindo antes permanecer fiéis aos seus senhores. (Marques, 2015, p.357)

Neste quadro narrativo, é normalizado o desfecho da execução de Gaspar, o escravo fugido que lidera o grupo de revoltosos contra o poder colonial, descrito como um episódio de particular selvajaria que conhece o seu justo castigo.

Por contraste, as brevíssimas menções à máscara de Flandres, usada para punir escravizados, não têm qualquer nota de rodapé que as contextualize como forma violenta de exercer o poder colonial:

> Quando passou pela cozinha, Clarice viu que Esperança, a preta doceira, tinha uma espécie de máscara de ferro que quase a impedia de abrir a boca, de modo que não conseguia falar. Alarmou-se. Nunca tinha visto uma coisa daquelas e logo pensou que fosse obra da menina Eugénia, que era má como a cobra-amarela. (Marques, 2015, p.170)
>
> Receou que o relógio pudesse contar ao senhor Bento qualquer coisa que ela tivesse feito de errado e que lhe pusessem uma máscara de ferro como a da Esperança doceira. (Marques, 2015, 170)

O leitor percebe que se trata de uma forma de castigo, mas o historiador não esclarece se é uma forma de castigo

consistentemente utilizado no mundo colonial ou se foi um ato isolado de uma personagem desagradável. O segundo excerto mostra, aliás, uma particularidade na forma como a imagem da máscara surge no pensamento da obediente e ingénua Clarice: ao representar-se como pensamento ingénuo sobre um relógio de parede, objeto que não conhece, e sobre a ingénua ponderação que este constitua um perigo para o seu bem-estar, desloca-se a atenção da leitura do castigo que oprimia os escravizados no tempo colonial para uma distância entre senhores e escravizados medida em níveis de conhecimento e progresso.

VI

Ambos os romances assentam numa visão da história que reflete escolhas de fontes e de percursos em detrimento de outras, de simplificações para melhor estruturar um enredo narrativo – que evidentemente funcionam neste plano – que transportam rasuras e silêncios que as narrativas de memória do poder consagraram. São romances coloniais escritos em tempos pós-coloniais que confirmam que o pensamento colonial não termina por decreto. A memória da violência descrita a bordo do navio negreiro é renovada na simplificação do Outro nesta narrativa. Numa recensão à versão inglesa de *Os Sons do Silêncio*, o historiador Miguel Bandeira Jerónimo realça que esta obra assenta na escolha de privilegiar a "vontade dos senhores" no longo processo abolicionista, uma abordagem que simplifica as complexidades do mundo colonial e os contributos da resistência.[6] Esta simplificação está projetada nos romances que reduzem a resistência, considerada nas suas múltiplas vertentes, incluindo a conversão religiosa forçada, a momentos narrados sem resultados. A humanização é medida em níveis de crueldade, nomeadamente nas condições desumanas do transporte transatlântico dos escravizados, ou de compaixão, sendo a perspetiva europeia o fiel de uma escala de humanização que permite considerar uns civilizados e outros selvagens. Foi a perspetiva que, de facto, prevaleceu no espaço público no século XIX para legitimar a "pacificação" e a "missão civilizadora".

O argumento que atravessa *Os Sons do Silêncio* é o facto de a ideologia abolicionista não prevalecer em Portugal durante o século XIX. Os romances do autor parecem contradizer, contudo, esta posição, uma vez que os protagonistas portugueses agem, sobretudo, por princípios ideológicos para suavizar a escravatura que sustenta a economia colonial

6 Miguel Bandeira Jerónimo. João Pedro Marques, *The Sounds of Silence: Nineteenth-century Portugal and the Abolition of the Slave Trade*. Translated by Richard Wall. New York and Oxford: Berghahn Books, 2006. xxi plus 282 p. ISBN 1-57181-447-7. (*e-JPH*, vol.7, no.2, 2009, pp.1-2):

e a desumanidade, assumindo gestos compassivos e elevando os escravizados à condição de amigos, empregados ou confidentes. Acresce que a estrutura dos enredos narrativos assenta igualmente numa visão ideológica tão comprometida com o espírito de época que os torna representativos de um pensamento prevalecente nos mercados editoriais hegemónicos do século XIX e não de dois séculos mais tarde a que efetivamente pertence. O discurso colonial não foi criado com o propósito de humanizar o Outro, mas de mostrar a sua diferença civilizacional e, com isso, a necessidade de domá-lo. Ao negar o direito às suas epistemologias, cultura e subjetividade, reduzindo a um estereótipo de selvajaria, ingenuidade e medindo a sua interioridade em termos do nível de lealdade e reconhecimento para com o senhor e integração no mundo ocidental, as narrativas confirmam e legitimam a função para a qual foi criado o arquivo colonial que sustenta um discurso lusotropicalista. Em *Do outro lado do mar*, descreve-se uma manifestação da cultura africana, novamente a partir dos olhos de um padre português, em que a língua que a expressa é "estranha", entoando os homens "uma lengalenga incompreensível" (Marques, 2015, p.242), enquanto "as pretas contorciam-se, levantavam as saias e esfregavam impudicamente o ventre e as vergonhas nas pernas dos pretos" (Marques, 2015, p.242), sugerindo-se uma comparação

entre estas danças e a devoção das mulheres estéreis minhotas que "se esfregavam na estátua de São Gonçalo em busca de fertilidade" (Marques, 2015, p.242).

Como etiqueta vendável, "romance histórico" implica que o enredo se encaixe numa recriação contextualizada de uma determinada época histórica. O uso de notas de rodapé com informação histórica é instrumental para este objetivo, legitimando a etiqueta, com o uso de figuras históricas a par de outras ficcionais. Adiante-se que as notas de rodapé carecem de indicação bibliográfica, uma vez que a autoridade está centrada na figura do seu autor, neste caso, um historiador, que legitima a voz e a estrutura narrativas. Nos casos explorados, a etiqueta vai ao encontro da legitimação da visão luso-eurocentrada, lusotropicalista e acrítica, a mesma que está presente nos manuais escolares que deixa na obscuridade e na penumbra factos e o reconhecimento de epistemologias que contribuiriam para humanizar sujeitos que as narrativas de memória hegemónicas têm sido responsáveis por simplificar e desumanizar, apagando o seu agenciamento**:**

> Exigia muita mão de obra, o que obrigou à importação de escravos negros da costa africana para trabalharem nos engenhos (Cirne, Joana e Henriques, Marília. *Viagem na História.* Areal Editores, p. 26)

> [...] a prática do comércio levou à fixação de alguns portugueses em Africa, assim como o trafico de escravos levou muitos africanos para a Europa e a América (como escravos). Dessa forma desenvolveram-se interinfluências culturais. A convivência (pacífica ou, no caso dos escravos, imposta) entre estes povos levou à partilha de conhecimentos e praticas, desenvolvendo-se um processo de aculturação que se fez sentir sobretudo nos domínios da religião, da língua e da cultura (Amaral, Claúdia; Jesus, Elisabete; Alves, Eliseu. *Missão: História*. Porto Editora, p. 35)

Estes romances históricos oferecem aparentes formas de aprendizagem para momentos de lazer – na contracapa de *Uma fazenda de África*, lê-se que é "baseado numa investigação histórica meticulosa" - e contribuem para uma narrativa coletiva que privilegia o verdadeiro anacronismo histórico: aquele que prolonga e legitima uma visão absoluta da historiografia que, no século XIX, legitimou a colonização em terras africanas e a missão civilizadora europeia, rasurando nuances, complexidades e resistências.

AH!
Associação Mural Sonoro
Cç. Santana, 169
1150-303 Lisboa